

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1019617-55.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Seguro**
 Requerente: **PAULO RICARDO GOMES**
 Requerido: **PORTO SEGURO CIA DE SEGUROSS GERAIS**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

Vistos.

PAULO RICARDO GOMES ajuizou a presente **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT** em face de **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS S/A**, ambas nos autos devidamente qualificadas.

Alegou, em síntese, que em 18/03/2015 sofreu acidente de trânsito e, consoante relatório médico, teve sequelas graves. Pediu a procedência da presente ação com a condenação da requerida ao pagamento da diferença entre os R\$ 7.087,50 que recebeu e o valor que a lei prevê para invalidez, ou seja R\$ 6.412,50.

A inicial veio instruída com os documentos.

A fls. 25 e ss a requerida apresentou contestação pleiteando a substituição do polo passivo. No mérito, alegou ausência de laudo conclusivo do IML que comprove invalidez total e que o pagamento foi efetuado em conformidade com a tabela prevista na Lei 6.194/74. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 115/121.

A alteração do polo passivo foi indeferida pelo despacho de fls. 146/147

Foi negado provimento ao agravo de instrumento interposto (fls.189/195).

A perícia médica restou prejudicada ante a ausência do autor (fls. 204).

Às fls. 209/211, adveio sentença que julgou improcedente a ação pela falta de prova do ponto controvertido.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ao recuso de Apelação foi dado provimento para redesignação de data para realização de perícia (fls. 241/245).

Designada nova perícia, o laudo foi encartado às fls. 260/263 e complementado às fls. 290/291.

A requerida manifestou-se sobre o laudo pericial às fls. 269/273 e 295/298 e o requerente manifestou-se às fls. 275/284 e 299.

É o relatório

DECIDO, no estado em que se encontra a LIDE, por entender que a cognição está completa nos moldes em que se estabilizou a controvérsia.

A inicial atende os requisitos mínimos exigidos pela Lei, permitindo ao julgador conhecer da pretensão nela veiculada.

Do mérito.

O autor se envolveu em acidente automobilístico no dia 18/03/2015.

O artigo 3º, inciso “II” da Lei 6.194 de 19 de dezembro de 1974, com redação dada pela Lei 11.482/07, fixa o valor da indenização a ser paga pela seguradora em “até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de **invalidez permanente**” (*in verbis*).

Tem ela **aplicação in casu**, uma vez que o acidente se deu conforme já dito, em 18/03/2015, ou seja, durante a sua vigência.

O parecer médico de fls. 260/263 e 290/291 revela que há nexo de causalidade e também dano patrimonial físico sequelar estimado em 52,5%, ou seja, uma incapacidade laboral parcial e permanente.

Como no caso – a própria inicial admite – foram pagos ao autor R\$ 7.087,50, não tem ele direito à qualquer complementação, uma vez que 52,5% (equacionados pelo perito) de R\$ 13.500,00 equivalem exatamente aos R\$ 7.087,50 que foram desembolsados pela seguradora



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial. No mais, deverá o autor, pagar as custas, despesas do processo e honorários advocatícios ao patrono do réu que contestou a ação, no montante de 10% do valor dado a causa. No entanto devese ser observado o disposto no art. 98, §3º, do CPC.

Oportunamente, averbe-se a extinção e arquivem-se de modo imediato.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 21 de fevereiro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**